

Cultura e identidades – alguns apontamentos para uma discussão sobre o tema

Márcia Maria de Medeiros*

Resumo

A proposta deste artigo é perceber de que forma as questões referenciais que embasam a história cultural podem servir como ferramenta para auxiliar no entendimento da problemática que envolve a questão do conceito de identidade. Partindo desse processo, o artigo discute aportes sobre cultura e a construção da identidade em época de globalização.

Palavras-chave: Identidade. Globalização. História cultural.

A história de todas as culturas
é a história do empréstimo cultural.

Edward Said

O historiador inglês Peter Burke figura na atualidade entre os maiores nomes da história mundial com várias contribuições importantes que ajudam os historiadores a desvendar os meandros tão intrincados da disciplina. Entre essas contribuições destaca-se a opção teórico-metodológica desse intelectual, qual seja, a história cultural como ferramenta de trabalho e construção do conhecimento. O objetivo deste artigo é traçar discussões, com base nos trabalhos deste autor e de outros, como Lynn Hunt, que contribuam com os intelectuais interessados em utilizar a variante cultural como marco teórico para as ciências humanas, especialmente referindo as questões

* Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Professora do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

que relacionam cultura ao prisma da construção das identidades.

A primeira dificuldade que surge aos olhos daqueles e daquelas que se dedicam a estudar a história cultural está na definição do próprio termo “cultura”. De acordo com Peter Burke: “Não há concordância sobre o que constitui história cultural, menos ainda sobre o que constitui cultura.” (2006, p. 13). Daí decorre a dificuldade de se escrever nessa área, cuja identidade ainda está por ser definida.

Lynn Hunt, no livro *A nova história cultural*, aponta para uma perspectiva semelhante ao perguntar: “Qual é, então, o programa da ‘nova história cultural?’” (2001, p. 12). Alguns elementos dentro da área foram criticados por não terem um enfoque claro, ou por parecerem buscar de forma indefinida temas para pesquisa com base em prismas abertos pelas novas práticas culturais, fossem de que categoria fossem, de festas populares à literatura.

Entretanto, a própria Hunt parte na defesa da história cultural:

Os historiadores como Chartier e Revel não propuseram simplesmente um novo conjunto de temas para investigação; foram além das mentalités, com o objetivo de questionar os métodos e objetivos da história em geral [...]. Endossaram a avaliação de Foucault de que os próprios temas das ciências humanas [...] são produtos de formações discursivas historicamente contingentes [...]. Onde estaremos quando todas as práticas, sejam elas econômicas, intelectuais, políticas ou sociais, revelarem ser culturalmente condicionadas? (2001, p. 13).

Ademais, há que se considerar que a história cultural sofreu apupos por parte de outras correntes da história, só voltando a ter destaque em meio à disciplina a partir da década de 1970, quando passou a ser apontada como uma possibilidade de análise, ajudando a renovar os às vezes empoeirados nichos acadêmicos. Isso não quer dizer que não haja questionamentos sobre quem são os historiadores culturais, ou sobre o que é a história cultural. (BURKE, 2005, p. 7).

Entretanto, em tempos em que a intelectualidade discute conceitos como identidade cultural, multiculturalismo, transculturalismo, entre outros, a opção teórica por essa vertente pode servir como importante auxiliar, uma vez que, dadas as contingências da situação social e política em nível mundial, que leva a que repúblicas nasçam de repúblicas e, em pleno século XXI, homens se ataquem por questões de fé, as distinções culturais entre os indivíduos despontam de forma importante.

Entretanto, há que se considerar que o tempo presente não foi o primeiro a fazer questionamentos sobre a história da cultura e sobre a história cultural propriamente ditas. Sobre o assunto, Peter Burke esclarece:

A idéia de que a literatura, a filosofia e as artes têm histórias é muito mais antiga. Essa tradição merece ser lembrada. A dificuldade é fazer isso sem incorrer no erro de imaginar que o que definimos (e na verdade, em alguns lugares, institucionalizamos) como ‘tema’ ou ‘subdisciplina’ existia nessa forma no passado. (BURKE, 2006, p. 14).

Esse pressuposto significa compreender que as teorias que envolvem as questões culturais não foram uma invenção contemporânea, mas, sim, se desenvolveram a partir da forma como os indivíduos compreenderam e refletiram sobre as mudanças culturais através dos tempos.

Aqui se percebe também a necessidade de questionar a própria identidade do tempo presente, o que acontece em virtude da atual desconstrução de alguns elementos conceituais muito conhecidos e aparentemente intocáveis, entre os quais o conceito de nação na área de história política, ou o conceito de família na antropologia. Esses fenômenos demonstram que as antigas barreiras que delimitavam espaços conceituais e disciplinares estão sendo derrubados, da mesma forma que hoje, nos estudos culturais, já se sabe que não existem fronteiras culturais nítidas entre os grupos humanos, mas, sim, um processo de continuidade.

Diante desse contexto, talvez seja mais profícuo aos intelectuais partilharem as dificuldades de suas construções teóricas com os leitores, visando, nessa caminhada, a uma espécie de diálogo no qual se possa, de forma simultânea, refletir sobre a complexidade do problema que envolve as questões da história cultural e da cultura propriamente ditas, buscando soluções para os problemas propostos pelas transformações que são inerentes ao mundo e aos seres humanos, sem esquecer que antes do mundo contemporâneo outros momentos da história já haviam afirmado a historicidade de determinados elementos, entre eles, a linguagem, a filosofia, as

artes em geral. Consequentemente, a história desses elementos conta a história da vida humana.

Nesse entremeio não há como evitar a ligação entre o que se entende por cultura com a sociedade, visto que os rituais que envolvem o sentimento de pertença a uma determinada classe social constituem elemento importante para a revelação da mentalidade de um grupo, clarificando sobre as formas de pensar e sentir num determinado período, fenômenos que podem ser fundamentais para a construção de outros conceitos tão conhecidos, como civilização e progresso, cultura popular e erudita, etc.

Essa ligação entre cultura e sociedade constrói a ideia de que a cultura é um elemento que forma um todo e vai sendo mais bem esclarecida à medida que mais e mais pensadores se desdobram tentando buscar e compreender o que os alemães do século XIX, a partir dos escritos de Hegel, nomenclaturaram como “espírito do tempo”. Entretanto, o mesmo século XIX viu nascer uma lacuna que marcou a trajetória da história cultural. Sobre o assunto afirma Peter Burke:

[...] o século XIX testemunhou uma extensa lacuna entre história cultural, basicamente abandonada à história amadora e profissional, e história “positivista”, cada vez mais interessada em política, documentos e “fatos concretos”. Apesar das mudanças ocorridas na última geração, entre elas a elevação de “estudos culturais” à respeitabilidade acadêmica, talvez ainda seja cedo demais para afirmar que essa lacuna ainda foi preenchida. (2006, p. 37).

Hoje, a lacuna prevista por Burke abrange elementos que são representados pelas questões referentes a espaços mundiais marcados por encontros culturais que se tornam mais e mais frequentes e intensos. Essa globalização da cultura envolve contextos delicados, como o processo de hibridização, o qual tem entre os seus estudiosos nomes importantes, como, por exemplo, Homi Bhabha, Stuart Hill e Edward Said. Todos esses pensadores podem ser, eles próprios, considerados híbridos, conforme assinala Peter Burke na obra *Hibridismo cultural*:

Homi Bhabha, por exemplo, é um indiano que foi professor na Inglaterra e que hoje está nos Estados Unidos. Stuart Hill, nascido na Jamaica de ascendência mista, viveu a maior parte de sua vida na Inglaterra e descreve a si mesmo como sendo “culturalmente um vira-latas, o mais perfeito híbrido cultural” [...]. Por outro lado, Edward Said, palestino que cresceu no Egito, é professor nos Estados Unidos e se descreve como um “deslocado” onde quer que se encontre [...]. (2003, p. 15-16).

Caberia aqui perguntar se a opção pelo estudo em relação ao fenômeno do culturalismo por parte desses pesquisadores é uma referência a sua própria conjuntura e/ou formação. Independentemente desse processo, há que se ressaltar que a obra teórica desses autores tem atraído os olhares de intelectuais das mais variadas áreas do conhecimento em ciências humanas, desde a antropologia, passando pela literatura, até a geografia, história da arte e das religiões. Isso prova que os processos de encontro, de contato, de interação, de

troca cultural e de hibridização estão chamando cada vez mais a atenção.

Diante desse véu que se descortina, a história cultural pode servir como um excelente aporte teórico-metodológico, proporcionando aos interessados e uma ferramenta para compreender essas práticas culturais tão ricas e entremeadas de tantos detalhes, bem como elementos para acompanhar o processo geral em que se dão esses fenômenos de interação.

Processos de hibridização podem ser encontrados na atualidade em várias áreas, como na economia (não se pode esquecer que hoje o mundo fala em mercados mundiais e blocos econômicos do tamanho da Comunidade Comum Europeia, do Nafta ou do Mercosul), na sociedade (aqui se pode fazer aporte ao processo de imigração que leva milhares de pessoas para outros países numa tentativa de buscar uma vida melhor, como é o caso dos brasileiros que vão para os Estados Unidos), sem contar a própria questão da miscigenação, o que obriga a pensar e definir as questões que envolvem o termo “cultura” de forma mais ampla, incluindo uma série de atitudes e uma gama imensa de categorias de representação.

Dentro desse complexo universo mutante, as inovações que surgem são respostas à necessidade de adaptação por parte dos indivíduos e os encontros culturais que são decorrentes dessa gama de acontecimentos encorajam a criatividade que encerra em si essa possibilidade de mudança. Se essas trocas são positivas ou negativas, boas ou ruins, não cabe aos pesquisadores ou intelectuais definir e julgar, mas, sim,

analisar, sem esquecer que nesse contexto a troca cultural pode ocorrer em detrimento de alguém ou de algum grupo social. Sobre o assunto afirma Peter Burke.

O preço da hibridização, especialmente naquela forma inusitadamente rápida que é característica de nossa época, inclui a perda de tradições regionais e de raízes locais. Certamente não é por acidente que a atual era de globalização cultural, às vezes vista mais superficialmente como “americanização”, é também a era das reações nacionalistas ou étnicas – sérvia e croata, tútsi e hutu, árabe, basca e assim por diante. (2003, p. 18).

No caso da intelectualidade brasileira, o sociólogo Gilberto Freyre foi um dos primeiros pensadores a dedicar atenção especial à questão do hibridismo cultural, o que pode ser percebido em seu livro *Casa grande e senzala*. Já no título do primeiro capítulo, Freyre dá como mote de sua intenção trabalhar com as características gerais da colonização portuguesa no Brasil, a qual, na opinião do autor, originará uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. Nas palavras de Gilberto Freyre:

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. (1997, p. 4).

Os argumentos utilizados por Gilberto Freyre certamente causaram um choque quando sua obra foi lançada nos idos anos da década de 1930, quando ainda im-

perava em meio à *intelligentsia* um certo “purismo” étnico que privilegiava a ideia do “branqueamento” da “raça”. Entretanto, atualmente, os estudiosos das questões que envolvem cultura estão preparados para encontrar a hibridização em qualquer parte da história: um exemplo desse processo está nas questões que envolvem o fenômeno da Renascença, visto que os historiadores têm passado a volver os olhos para as contribuições judaicas, bizantinas e muçulmanas ao movimento. Aliás, esse fato não é uma novidade na história europeia, pois encontra suas raízes na Idade Média com a miscigenação ocorrida na península Ibérica, a qual acarretou no desenvolvimento da cultura moçárabe.

Peter Burke aponta para mais alguns elementos que podem ser considerados representantes desse processo de hibridização cultural:

Outro tipo importante de artefato é o texto. As traduções são os casos mais óbvios de textos híbridos, já que a procura por aquilo que é chamado de “efeito equivalente” necessariamente envolve a introdução de palavras e idéias que são familiares aos novos leitores mas que poderiam não ser inteligíveis na cultura na qual o livro foi originalmente escrito. Há também gêneros literários híbridos. O romance japonês, o africano e possivelmente o latino-americano devem ser encarados – e julgados pelos críticos – como híbridos literários e não como simples imitações do romance ocidental. (2003, p. 27).

Nessa mesma gama de elementos hibridizados podem ser elencados ainda alguns fenômenos religiosos, práticas políticas, a música, o esporte e, mesmo, festas

populares. Há que se considerar também que essa hibridização atinge, em muitos lugares, os grupos humanos, como é o caso dos afro-americanos, afro-brasileiros, anglo-irlandeses, ítalo-brasileiros, etc.

Esses indivíduos representam um fenômeno histórico que teve vários marcos, bastando para exemplificar citar dois deles: os potros, filhos de europeus nascidos no Oriente Médio durante o período das Cruzadas, e os criollos, filhos de europeus nascidos nas colônias americanas. Tanto numa situação como em outra, o indivíduo pertencia a duas culturas diferentes, pois um dos pais poderia ser nativo do lugar e o outro, europeu, ou ambos europeus, mas a descendência nascida fora do espaço geográfico europeu.

A história também assistiu a casos de interação cultural que foram forçados, oriundos de processos de escravização, como o ocorrido com os africanos que vieram servir como mão de obra escrava nas colônias americanas desde os Estados Unidos, passando pela região do Caribe até o Brasil. Em cada um desses lugares assistiu-se à criação de um fenômeno de produção cultural diferenciado, misto das especificidades africanas e das locais, sendo a umbanda um exemplo desse processo.

Seria possível dizer que a variedade de objetos híbridos só é superada pela quantidade de termos criados pelos intelectuais para descrever esses objetos. Peter Burke faz uma crítica a esse processo:

[...] temos palavras demais em circulação para descrever os mesmos fenômenos. No mundo acadêmico, a América foi redescoberta e a roda reinventada muitas vezes, essencialmente porque os especialistas

de uma área não têm tomado ciência daquilo que seus vizinhos andavam pensando. (2003, p. 39).

Alguns dos termos criados para entender o fenômeno da cultura e suas variantes possuem uma carga metafórica tomada de outras áreas da ciência, como, por exemplo, “empréstimo” (economia), “hibridismo” (zoologia) e “tradução” (linguística). Segundo Burke (2003), a utilização dessas palavras deve ser feita com extremo cuidado e é mais apropriada se o pesquisador ou pesquisadora entender que a linguagem de análise utilizada como interface é, ela mesma, parte integrante da cultura e que os grupos humanos que servem como aporte de estudo para muitos intelectuais têm a sua teoria própria em relação à sua cultura, a qual deve ser levada em conta ao invés de ser obliterada.

Em relação à cultura ocidental, é possível afirmar que uma das formas pelas quais a interação cultural é discutida está posta na ideia de imitação. Exemplo desse fenômeno pode ser encontrado entre os humanistas do século XVI, que buscavam o retorno às formas mais puras do latim e viram na cultura da Antiguidade um modelo a ser seguido. Alternativa à ideia de imitação é a ideia de apropriação, bem lembrada por Jacques Le Goff em relação ao processo de utilização de elementos pagãos por parte do cristianismo para facilitar em meio à sociedade que se constituía no Ocidente europeu, a sua assimilação.

“Imitação”, “apropriação”, “espoliação” são termos que têm sido uma constante para inferir questões que articulem processos relacionados à experiência do

contato entre culturas diferentes. Especificamente analisando esse aspecto em relação ao caso da cultura brasileira, Peter Burke tem uma interessante posição: “As famosas discussões sobre ‘antropofagia’ do início do século XX no Brasil, são uma variante desta abordagem, interessados como estavam em pegar as coisas estrangeiras e digeri-las ou domesticá-las.” (2003, p. 42).

O termo “empréstimo cultural” é utilizado como elemento para abordagem das questões culturais. Nesse processo há que se ressaltar as opiniões de pensadores como Euclides da Cunha, que declarou em sua obra *Os sertões* ser a cultura brasileira uma “cultura de empréstimo”, conforme se aúfere da citação abaixo transcrita:

Canudos fazia-se, então, provisoriamente, o quartel das guardas pretorianas dos capangas, que de lá partiam, trilhando rumos prefixos, para reforçarem, a pau e a tiro, a soberania popular, expressa na imbecilidade triunfante de um régulo qualquer, e para o estraçoamento das atas; e para as mazorcas periódicas que a lei marca, denominando-as “eleições”, eufemismo que é entre nós o mais vivo traço das ousadias da linguagem. A nossa civilização de empréstimo arregimentava, como sempre o fez, o banditismo sertanejo. (CUNHA, 2007, p. 198).

Em outra passagem do texto Euclides da Cunha reforça a ideia do “empréstimo”, colocando às claras, num texto extremamente denso, as mazelas do que considera a civilização brasileira. A ironia dos termos utilizados pelo autor é visível:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que pelejam reflexos de uma vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República.

Ascendemos, de chofre na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimos; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. (CUNHA, 2007, p. 198).

Entre os termos mais técnicos utilizados pela área de ciências humanas estão “aculturação” e “transferência”. O primeiro foi cunhado ao final do século XIX, denotando como ideia-base a lógica de uma cultura subordinada que adota características de uma cultura dominante. O segundo termo foi cunhado por historiadores da economia e da tecnologia para definir outras formas de ação, mais voltadas para sua área de estudo.

Sobre essas questões, Peter Burke salienta que, na atualidade, o conceito de “aculturação” está sendo substituído por outro: “O sociólogo cubano Fernando Ortiz se aproximou mais da ideia contemporânea de reciprocidade quando sugeriu a substituição da noção de ‘aculturação’ de mão única pela de ‘transculturação’ de mão dupla.” (2003, p. 44).

Ainda segundo Burke, a expressão “troca cultural” também tem ganho espaço e popularidade, atuando como elemento de substituição a outros termos anteriormente utilizados, como “empréstimo”. (2003). Há que se salientar, porém, que a palavra

“troca” em si sugere um processo de reciprocidade no qual existe um movimento numa direção ao qual equivale outro movimento igual, mas em sentido oposto: no caso das ciências humanas e das interações que se fazem em relação ao processo da cultura, é preciso comprovar por meio de pesquisa se esse fenômeno ocorre.

Há que se ressaltar que, independentemente do conceito ou da categoria a ser utilizada, o processo vivenciado atualmente pela área das ciências humanas demonstra uma clara tendência à construção de pluralidades identitárias, o que leva ao conhecimento de múltiplas identidades, as quais podem ser dos mais variados tipos: étnicas, linguísticas, religiosas e, mesmo, nacionais.

Partindo desse pressuposto, Stuart Hall, na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, propõe-se colocar a identidade em questão por entender que esse pressuposto está sendo discutido na área de teoria social, partindo do seguinte argumento: as “velhas” identidades que possibilitaram uma grande estabilidade ao mundo social estão em declínio. Assim, nascem novas identidades, que fragmentam o indivíduo moderno, o qual era visto até então como um sujeito unificado.

Todo esse processo provoca um movimento mais amplo de mudança, o qual está transformando as estruturas e as linhas centrais das sociedades modernas, causando um abalo nas referências que normatizavam essas sociedades. Daí a necessidade de explorar e compreender as questões referentes à identidade cultural

na modernidade tardia e avaliar se de fato existe uma “crise” identitária e, caso exista, em que direção está indo. Complementando essa perspectiva teórica, Stuart Hall declara: “O próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova.” (2006, p. 8).

Ainda segundo o autor, é possível distinguir três concepções diferentes de identidade: a oriunda do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. (HALL, 2006, p. 10). A primeira embasa a sua concepção de pessoa humana no pressuposto racional do indivíduo totalmente centrado. Por sua vez, a noção de indivíduo sociológico reflete a complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse sujeito não era autônomo nem autossuficiente, mas formado a partir da interação com outros indivíduos que mediavam o seu conjunto de valores, seus sentidos e os símbolos nos quais ele se reconhecia, bem como a cultura do mundo que esse sujeito habitava. Já o sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa; seu caráter é formado e transformado de forma contínua em razão das formas pelas quais é representado ou interpelado pelos diversos sistemas culturais que o rodeiam. Sua condição é definida historicamente e ele assume identidades diversas em diferentes momentos, as quais não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.

Percebe-se, então, que tal construção ordena uma identidade contraditória que empurra o sujeito para diferentes direções,

de forma que as identificações estão em constante processo de deslocamento. Hall conclui sobre o assunto:

Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma profunda “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (2006, p. 13).

Outro aspecto importante da questão referente à identidade é o que se relaciona ao caráter da mudança na modernidade tardia, em especial ao processo de mudança conhecido como “globalização” e seu impacto sobre a identidade cultural. É pertinente lembrar que este é marcante nas sociedades modernas, nas quais as mudanças se processam de forma rápida e permanente. Esse fato é que distingue estas sociedades das ditas “tradicionais”.

As sociedades da modernidade tardia são marcadas por inúmeros fenômenos, que referendam principalmente os contrapontos relacionados à questão das diferenças: esses grupos sociais são marcados por inúmeras divisões e antagonismos, os

quais produzem uma rica possibilidade de variantes e posições, em que as práticas identitárias são colocadas para os indivíduos. Essas sociedades não sofrem um processo de desarticulação completo, porque em alguma instância as diversas identidades e os diferentes elementos conseguem se articular, mas é preciso lembrar que tal articulação é parcial e que a estrutura que ordena a questão da identidade permanece aberta: sem esse movimento a própria história poderia deixar de existir, porque não haveria mais o pressuposto da mudança.

Essa prática de deslocamento desarticula as identidades estáveis que caracterizavam as sociedades de períodos anteriores (como as do iluminismo, por exemplo) e abre possibilidades de novas articulações, principalmente as relacionadas à criação de novas identidades e, a partir delas, de novos sujeitos.

Finalizando, é preciso considerar que o conceito de “identidade” mudou. Sua transformação parte do pressuposto das alterações que emanam das sociedades modernas, pautadas em elementos como a questão da globalização, fenômeno que propõe mudanças culturais que influenciam diretamente na construção da identidade do sujeito. E para compreender essas mudanças a história cultural é uma boa ferramenta.

Culture and Identities – Some notes to a discussion about the subject

Abstract

The proposal this article is to understand how the questions what building the cultural history can to serve like tool to help at understing the problems involving the question about identity concept. Leaving this process the article discuss elements about culture and identity building in globalization times.

Key words: Identity. Globalization. Cultural history.

Referências bibliográficas

- BASTIDE, Roger; BRUCHARD, Dorothee de. *O sagrado selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTRO, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2006.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- DELUMEAU, Jean. *Civilização do renascimento*. Portugal: Estampa, 1994. v. 1 e 2.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. I e II,
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A Editora, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1997.